

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.073 - SP
(2018/0174001-5)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : GIOVANNI BATTISTA PAVIA
ADVOGADO : RONALDO ANTÔNIO LACAVA - SP171371
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : NATÁLIA PEREIRA COVALE E OUTRO(S) - SP302427

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA PRÉVIA. NOVO JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A expulsão do recorrente se deve, conforme declaração no acórdão *a quo*, a partir de constatação de faltas graves, tais como uso de veículo com placas adulteradas, e de arma de fogo em nome de terceiros.
2. O Tribunal de origem salientou a impossibilidade de revisar o processo administrativo disciplinar porque as nulidades apontadas pelo recorrente já foram examinadas em outra ação processada no Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.
3. Como salientado na decisão ora impugnada, os documentos apresentados pela administração estadual confirmam prévia existência de análise jurisdicional sobre a ocorrência de nulidades procedimentais na imposição da pena de expulsão. O documento 1 é sentença proferida na ação ordinária em que admite a expulsão do ora recorrente pela prática de atos graves após indicar a regularidade do processo administrativo disciplinar. O documento 2, por sua vez, é o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo em que houve a confirmação da regularidade tanto do processo administrativo disciplinar quanto da sanção aplicada. Por fim, o documento 3 é o julgado que atestou a conformidade da pena de expulsão em sede de ação rescisória por falta de inexistência de manifesta violação de dispositivo legal.
4. Nos termos do art. 485, V, do CPC/2015, o juiz não resolverá o mérito de uma demanda quando observar prévia existência de coisa julgada.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a)

Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

